

Integração produtiva e políticas industriais: o caso da Argentina e do Brasil

Marta Bekerman

Gonzalo Dalmasso

I. INTRODUÇÃO

A crise europeia nos impõe um conjunto de reflexões de grande relevância no contexto do Mercosul. Essas reflexões vão além dos problemas de endividamento de alguns países e dizem respeito, em primeiro lugar, à criação de uma moeda comum entre economias tão distintas e, em segundo lugar, à falta de convergência em matéria de competitividade apresentada por tais economias ao longo do tempo. A crise, de fato, põe em evidência as sérias tensões que podem ser geradas a partir da falta de convergência na implementação de políticas e no desenvolvimento da competitividade dos países membros. Em todos os processos de integração regional podem existir maiores

ou menores diferenças entre os países que procuram se integrar. O desafio reside justamente em determinar até que ponto o desenrolar desses processos contribui no sentido de aproximar os níveis de competitividade desses países.

No caso de Argentina e Brasil, as assimetrias produtivas que ambos os países apresentavam inicialmente foram se acentuando durante o processo de reestruturação experimentado durante os anos 1990 e se agravaram durante as crises macroeconômicas sofridas no final dessa década. Nesse sentido, este trabalho procura explorar as principais diretrizes das políticas industriais implementadas pelo Brasil desde o início dos anos 1990 e compará-las com as praticadas

Marta Bekerman é diretora do Centro de Estudos da Estrutura Econômica (Cenes) da Faculdade de Ciências Econômicas da UBA. Pesquisadora Principal do Conicet. **Gonzalo Dalmasso** é bolsista do Cenes.

pela Argentina, a fim de determinar possíveis razões do aumento da brecha produtiva gerada entre os dois países e contribuir para o debate acerca das estratégias futuras em nível nacional e regional.

Na segunda seção deste trabalho apresentaremos uma análise comparativa das reformas neoliberais praticadas pelo Brasil durante os anos 1990, destacando as semelhanças e as diferenças mais relevantes com relação ao ocorrido na Argentina. Na terceira seção, analisaremos as principais diretrizes da política industrial brasileira da atual década (Era Lula) e seus resultados até 2008, e faremos uma comparação com o ocorrido na Argentina. Por fim, exporemos algumas conclusões que se depreendem do trabalho.

II. ANÁLISE COMPARATIVA DAS POLÍTICAS DA ARGENTINA E BRASIL DURANTE OS ANOS 1990

No início dos anos 1990 o contexto macroeconômico de ambos os países era de estagnação e volatilidade cambial, em decorrência de restrições externas e altos níveis de endividamento. Tal contexto impulsionou em ambos os países a implementação de políticas de estabilização e reformas que apresentaram diversos aspectos em comum,

mas também profundas diferenças, que estão associadas ao timing e à forma de implementação, bem como às medidas complementares que a elas se seguiram. Tais diferenças acabaram por gerar impactos muito distintos em ambos os países.

O esquema da caixa de conversão estabelecido na Argentina – ou seja, uma taxa de câmbio fixo (garantido por lei) em um peso por dólar e a convertibilidade plena, pela qual se abdicou da soberania monetária – serviu, num primeiro momento, como âncora nominal, mas gerou rigidez nos contratos e nos preços, contribuindo para que seu posterior abandono resultasse em custos muito elevados. No Brasil, apesar da política de taxa de câmbio semifixa e do respaldo concedido pelas reservas internacionais à emissão da moeda, a convertibilidade nunca esteve garantida legalmente, e o Estado manteve, dessa forma, a soberania monetária e certo grau de autonomia na matéria. Por outro lado, na Argentina, a liberalização financeira foi total e simultânea à abertura comercial. Além do mais, autorizou-se a denominação de contratos em moeda estrangeira, o que aprofundou a dolarização das relações contratuais.¹ Em contrapartida, no Brasil subsistiram certas restrições à convertibilidade da conta

de capitais e, principalmente, para as transações em moeda estrangeira dentro do território nacional.

Essa falta de flexibilidade causou, durante o fim da convertibilidade, um agravamento da crise na Argentina e um crescimento exponencial da dívida externa a partir de uma intensa fuga de capitais privados, como veremos na próxima seção.

Quanto ao processo de liberalização comercial, na Argentina este se implementou com características de shock sobre uma estrutura produtiva muito mais vulnerável do que a brasileira, devido ao processo de desindustrialização que já tinha se iniciado 15 anos antes.² Em contraste, no Brasil a abertura foi mais gradual, pré-anunciada e até negociada com os diversos setores industriais. Apesar de uma retórica favorável às políticas horizontais, a abertura comercial no Brasil apresentou uma clara discriminação, com setores que foram protegidos e/ou promovidos: o complexo automotivo, a informática e os eletrônicos (eletrodomésticos, comunicações e, em especial, a telefonia móvel), têxteis e calçados, certos segmentos da indústria de bens de capital, a indústria naval e a aeronáutica. Além do mais, nunca se perdeu de vista a necessidade de implementar medidas que

¹ A estabilização e a adoção da convertibilidade monetária não apenas não se traduziram numa recuperação substancial da demanda de moeda nacional, como também acentuaram a dolarização, uma vez que os depósitos em moeda estrangeira chegaram a ser predominantes (Machinea, 1996; em Penido de Freitas, 2000).

² Jorge Schwarzer (1998) destaca: "Poucas estruturas industriais no mundo – como no Leste Europeu –sofreram uma mudança semelhante nas regras do jogo num prazo tão curto".

Nos anos 1990, o Brasil utilizou intensamente o BNDES como ferramenta para a promoção e a reestruturação de seu aparelho produtivo frente ao novo esquema de competição e à entrada do capital estrangeiro

promovessem a articulação das cadeias produtivas e o investimento em setores comercializáveis e/ou de maior conteúdo tecnológico.

No caso da Argentina, não foram tomadas as medidas necessárias para proteger os setores produtivos, à exceção de algumas medidas ad hoc, como a imposição da taxa de estatística. Consequentemente, buscou-se financiar o déficit externo advindo da abertura comercial: primeiro, por meio da venda de ativos, e, posteriormente, mediante o endividamento externo.

Os planos de promoção industrial foram suspensos, salvo escassas exceções, e as agências autônomas vinculadas à política de promoção foram virtualmente desmanteladas. Abandonou-se, também, quase por completo, qualquer política que discriminasse as empresas por tamanho ou por região.

No âmbito das políticas regionais, em contraste com a Zona Franca de Manaus, que alcançou resultados consideráveis no desenvolvimento da informática e da eletrônica de consumo no Brasil, os regimes geográficos de promoção industrial da Terra do Fogo e das províncias do norte de Cuyo apresentaram resultados pouco expressivos na Argentina, mesmo implicando um pesado ônus fiscal. Outros aspectos contrastantes das políticas de ambos os países dizem respeito ao papel que foi outorgado aos bancos públicos

e aos processos de privatização. Pode-se afirmar que, durante os anos 1990, o Brasil utilizou intensamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como uma ferramenta para a promoção e a reestruturação de seu aparelho produtivo frente ao novo esquema de competição e à entrada do capital estrangeiro. Em contrapartida, a Argentina fechou as portas do seu Banco Nacional de Desenvolvimento (Banade) em 1992. Em seu lugar, foi criado o Banco de Investimento e Comércio Exterior (BICE), cujas dimensões não podem ser comparadas às do BNDES.

Quanto ao processo de privatização, as diferenças foram notórias. Na Argentina, o poder regulatório sobre as empresas privatizadas mostrou claras fragilidades. Isso permitiu que as empresas privatizadas aproveitassem as reservas de mercado que lhes foram concedidas para elevar tarifas e transformar os ganhos de produtividade em benefícios extraordinários. Nesse sentido, o Estado não perdeu apenas uma importante ferramenta de promoção industrial, que lhe garantia a capacidade de discriminar tarifas na prestação de serviços públicos; os aumentos tarifários dos serviços privatizados repercutiram na forma de aumento de custos para as empresas produtivas, afetando a competitividade da economia argentina numa ampla gama de setores, com destaque para a indústria e para o setor agropecuário.

De modo particular, na privatização da YPF, a desregulação de preços num contexto de taxa de câmbio baixa gerou receitas extraordinárias, que não tiveram como contrapartida um aumento considerável nos níveis de investimento em exploração. Além disso, a diminuição da presença da YPF em todo o país, que foi a característica predominante da política petrolífera dos anos 1990, impediu a empresa de manter o modelo de civilização territorial que foi o seu patrimônio histórico (Rofman, 1999).

Em contraste, no Brasil os investimentos tanto em produção como em exploração cresceram muito, o que permitiu ao país alcançar a autossuficiência em meados da década seguinte e destacar-se como potência detentora de importantes reservas comprovadas de hidrocarbonetos. Isso foi possibilitado, em grande medida, pelo desenvolvimento tecnológico da Petrobrás, que hoje se encontra na vanguarda da exploração petrolífera off-shore. Por outro lado, com a Lei do Petróleo, as empresas foram incentivadas a incorporar maior conteúdo nacional em suas compras de bens e serviços, recebendo vantagens quando da outorga das concessões.

De fato, o desenvolvimento de cadeias de fornecedores locais constituiu um dos objetivos do programa de privatização no Brasil. As condições impostas nesse campo, somadas às linhas de crédito do BNDES

para a aquisição de maquinário nacional, promoveram a expansão produtiva de bens de capital destinados às empresas privadas. Isso contrasta, sobremaneira, com o ocorrido na Argentina, onde as privatizações significaram o fim da política de “compra nacional”. Num lapso temporal mínimo, o poder de compra estatal havia desaparecido e seus herdeiros no controle dos serviços públicos não estavam obrigados a substituí-lo (Schvarzer, 1998), o que afetou adversamente a indústria argentina, com destaque para o setor de bens de capital. Essa situação se viu potencializada com o começo da recessão de 1998, em função da queda dos níveis de investimento. Particularmente, a produção de máquinas-ferramentas caiu de 4 mil toneladas em 1990 para somente 700 toneladas em 2000 (Estatísticas de Produtos Industriais – INDEC).

No Brasil, em contrapartida, embora o setor de bens de capital também tenha sofrido com a forte penetração das importações, uma certa desarticulação das cadeias produtivas e uma significativa queda no valor agregado, as políticas estatais ativas permitiram, como já destacado, um bom desempenho em alguns segmentos. Entre eles, além dos fornecedores das empresas privatizadas, destacaram-se os setores automotivo, aeronáutico, de equipamentos elétricos, de instrumentos médicos e outros, que contribuíram para atenuar o impacto da abertura

sobre o complexo de bens de capital em geral. Os setores mencionados foram, de fato, aqueles em que o Brasil obteve uma maior vantagem relativa no crescimento de volume físico de produção com relação à Argentina no período 1993-2000. E esse aprofundamento das assimetrias no setor de bens de capital acabou se refletindo no aumento significativo das exportações brasileiras para a Argentina.

Um setor que merece destaque por seus contrastes no processo de privatizações é o da indústria aeronáutica. A privatização da empresa Embraer permitiu sanear, por meio de novos, a empresa, que se constituía em núcleo do setor, e aumentar fortemente sua produtividade. Na Argentina, em contrapartida, a privatização da Fábrica Militar de Aviões – inaugurada em 1927 na cidade de Córdoba e pioneira na América Latina na produção de aviões à reação – significou o desmantelamento da indústria aeronáutica nacional. A Fábrica converteu-se numa oficina de manutenção da Lockheed Martin Aircraft S.A, limitando-se a realizar consertos de aviões e usufruindo subsídios do Estado, sob a forma de contratos. A empresa nunca mais produziu uma única aeronave, cancelando, inclusive, os projetos que já se encontravam em andamento.

Todos os fatores mencionados, somados às assimetrias existentes no grau de consolidação da estrutura industrial em cada país no início

A Argentina parece dar ênfase ao crescimento do investimento agregado da economia, em detrimento da proteção da indústria nacional de bens de capital, para a qual estabeleceu medidas compensatórias de caráter defensivo

da liberalização, explicam o fato de que o setor produtivo da Argentina tenha sido mais prejudicado do que o brasileiro pelo processo de reformas dos anos 1990. As pequenas e médias empresas (PMEs), em particular, não conseguiram suportar a pressão externa e quebraram em grande número. A combinação de aumento dos custos derivados das altas tarifas dos serviços públicos e dos custos financeiros, somada à consolidação de um padrão de abertura com uma moeda local valorizada, gerou uma distorção na estrutura dos preços relativos que ajuda a explicar a grave crise atravessada pela PMEs argentinas durante os anos 1990. Como consequência, ocorreu um processo de desindustrialização e desarticulação do setor manufatureiro local, cuja gênese histórica remonta à segunda metade da década de 1970 (Azpiazu e Basualdo, 2004). No Brasil, como vimos, ainda que tenha ocorrido um forte processo de reestruturação e racionalização produtiva, as empresas menos competitivas conseguiram se adaptar, especializando-se em segmentos específicos do mercado e convivendo com empresas de características claramente heterogêneas no que se refere a tamanho e competitividade.

III. ANÁLISE COMPARATIVA DO PERÍODO 2003-2008

III. A POLÍTICA INDUSTRIAL

A política macroeconômica foi um dos pilares sobre os quais

se baseou a política industrial na Argentina, uma vez que a manutenção de um peso desvalorizado foi interpretada como fator determinante para a recuperação do período e para o desenvolvimento da competitividade.

De fato, enquanto o Brasil centrou seu plano nos aspectos microeconômicos, dando ênfase à competitividade de sua indústria e de seus setores estratégicos, na inovação e na inserção externa, a Argentina baseou sua política principalmente nos aspectos macroeconômicos, buscando acelerar a recuperação de sua economia após a crise. Isso pode ser explicado em parte pela tradição de políticas industriais no Brasil, mas também pela diferente situação econômica, política e social na qual se encontravam ambos os países no início desse período, como já foi analisado na seção anterior.

Por outro lado, é importante destacar que, nas políticas públicas de promoção, a constância e a eficácia dos mecanismos de implementação tendem a ser tão importantes quanto o seu planejamento adequado. Quanto a isso, veremos na Argentina uma proliferação de incentivos em diversos âmbitos e organismos estatais, sem qualquer coordenação. Coexistem nesse esquema novos programas que não prosperam, e a duplicação de objetivos e do público-alvo. Caberia dizer que a ausência de uma política de prioridades pode

gerar uma importante perda de eficiência na alocação de recursos.³

No caso do Brasil, a política de incentivos passou por anos de aperfeiçoamento com a implementação de diferentes mecanismos, que responderam a uma definição de metas estratégicas explícitas. Isso não quer dizer que o Brasil tenha resolvido suas falhas de articulação de políticas. A propósito, a PITCE tem apresentado problemas de coordenação entre seus instrumentos. No entanto, observa-se que na segunda etapa do plano foi dada relevância a esse problema e realizadas mudanças na engenharia institucional do programa, a fim de otimizar a efetividade dos instrumentos e dos recursos alocados.

III.1.A) AS POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS DE PROMOÇÃO INDUSTRIAL

Como já destacamos acima, as políticas de apoio financeiro têm tido um impacto limitado na Argentina. As principais ferramentas de promoção do investimento produtivo e

dos setores específicos estão vinculadas à concessão de benefícios tributários.⁴ As medidas implementadas tiveram um forte caráter sistêmico, orientadas a promover o investimento no aparelho produtivo em seu conjunto, sem tender a discriminar por setores de destino nem pela origem dos equipamentos. Os principais instrumentos horizontais foram similares aos aplicados pelo Brasil: redução impositiva à aquisição de bens de capital, de informática e telecomunicações (BIT) – o saldo técnico do IVA à venda ou importação desses bens caiu de 21,5% para 10,5% –, devolução antecipada de impostos internos incidentes sobre bens de capital e amortização acelerada.⁵

Um claro contraste na política de promoção de investimentos está na política tarifária em relação aos bens de capital. Após longas negociações, a Argentina foi autorizada pelo Mercosul, em 2001, a conceder a isenção tarifária extrabloco à importação de bens de capital e de informática e comunicações, que em 2000 detinham alíquota de 14%. Como compensação, forneceu um bônus fiscal aos fabricantes

nacionais de tais bens, para ser utilizado no pagamento de impostos nacionais, por um valor equivalente a 14% do seu valor agregado. O Brasil, em contrapartida, optou por manter a proteção nominal de 14% e conceder reduções tarifárias aos não produzidos internamente, através do mecanismo de ex-tarifários, o que gera um impacto econômico diferente do provocado pela estratégia argentina.⁶ Por sua vez, o BNDES restringe suas linhas especiais de financiamento exclusivamente à importação de máquinas e equipamentos sem similar nacional.

Observam-se claramente as diferentes estratégias adotadas por cada país: a Argentina parece dar ênfase ao crescimento do investimento agregado da economia, em detrimento da proteção da indústria nacional de bens de capital, para a qual estabeleceu medidas compensatórias de caráter defensivo. Por outro lado, o Brasil priorizou a proteção de sua indústria de bens de capitais, ainda que isso resultasse no encarecimento do investimento em máquinas e equipamentos importados, contrabalançando parcialmente

³ Podemos tomar como exemplo histórico o poder de compra estatal como instrumento de promoção da indústria nacional, que a Argentina havia perdido nos anos 1990 e que foi recuperado em 2002. O Brasil, em contrapartida, sempre o manteve vigente, em maior ou menor medida, principalmente por meio de suas empresas estatais, a Petrobrás e a Eletrobrás.

⁴ Segundo estimativas oficiais, os benefícios tributários ou fiscais teriam representado 78% do custo fiscal total, contra 12% correspondentes a subsídios, em termos de taxas e outras facilidades financeiras, no ano de 2009.

⁵ O Regime de Promoção de Investimentos, vigente até 2010, concede à empresa investidora a devolução antecipada do IVA correspondente aos bens de capital adquiridos ou, alternativamente, sua amortização acelerada no imposto sobre o lucro, com renúncia fiscal anual de \$1,2 bilhão. No caso dos projetos de investimento cuja produção seja destinada exclusivamente ao mercado de exportação, fica permitida a utilização de ambos os benefícios simultaneamente.

⁶ Note-se a diferença no impacto econômico de tais políticas: 1) o preço doméstico dos bens de capital no Brasil terá uma sobrecarga incidente de 14% e de 0% a 2% para os não produzidos internamente, enquanto que na Argentina o preço será o internacional para todos os setores; 2) ainda que de forma estilizada os fabricantes nacionais de bens de capital tenham um tratamento similar em ambos os países (14% de proteção/subsídio), os brasileiros estão protegidos por default, enquanto que os argentinos estão expostos à competição. Na prática, ante as inevitáveis deficiências e demoras burocráticas na concessão do bônus fiscal, é possível que o efeito seja uma proteção maior no Brasil do que na Argentina. Além disso, existem diferenças de caráter financeiro implícitas em ambos os instrumentos. Com a mesma lógica, é factível que se evidencie no Brasil um encarecimento maior do que o desejado dos bens de capital importados, em função da concessão sub-ótima dos ex-tarifários, em contraste com a isenção tarifária geral na Argentina.

No Brasil, os setores estratégicos têm contado com diversos incentivos de caráter tributário e financeiro, orientados a fomentar os investimentos produtivos, as exportações e o gasto em P&D

esse efeito via ex-tarifários. As assimetrias com relação ao peso desse setor na indústria em cada país permitem explicar, parcialmente, essa percepção tão distinta do custo-benefício de sua proteção. Para o Brasil, como visto, o setor de bens de capital é (e desde já muito tempo) um setor estratégico, em contraste com o ocorrido na Argentina.

III.1.B) AS POLÍTICAS FINANCEIRAS DE PROMOÇÃO INDUSTRIAL

Como já foi dito, os instrumentos de apoio financeiro à indústria argentina foram muito tímidos. Isso denota uma clara diferença em relação ao *modus operandi* do Brasil, que intensificou o uso de seus instrumentos financeiros nos últimos anos e, além disso, reforçou o papel do BNDES como principal ferramenta de sua política industrial.

A assimetria com relação ao volume dos recursos dos bancos públicos no Brasil (em relação à Argentina) lhe permite converter seus bancos estatais em promotores com real peso nos investimentos, produção e exportações, possibilidade que se vê muito limitada na Argentina. Nesse sentido, as políticas de promoção financeira têm sido, em nosso entendimento, a principal assimetria entre as políticas

industriais dos dois países nas últimas décadas.

Com relação aos instrumentos financeiros de promoção em si, cabe destacar que enquanto o BNDES conta com uma linha de crédito preferencial para cada setor considerado estratégico, na Argentina prevalecem linhas de caráter horizontal, como as do Banco de la Nación Argentina (BNA), e o subsídio às taxas de juros nos créditos às PMEs por parte da Subsecretaria da Pequena e Média Empresa.⁷

A recente reestatização dos fundos de pensão na Argentina mostra-se como uma oportunidade para dotar de recursos um banco de desenvolvimento focado exclusivamente em investimentos produtivos de interesse estratégico nacional de médio e longo prazo.⁸

III.1.C) OS PROGRAMAS SETORIAIS

No Brasil, os setores estratégicos têm contado com diversos incentivos de caráter tributário e financeiro, orientados a fomentar os investimentos produtivos, as exportações e o gasto em P&D. O BNDES dispõe pelo menos um programa de financiamento preferencial para cada um deles. Além do mais, existem outras medidas específicas orientadas para os

⁷ Deve-se considerar que ainda são escassas na Argentina as linhas de crédito destinadas a setores específicos, com exceção dos créditos concedidos no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia, como os do Fonsoft, e a recente linha do BNA para aquisição de maquinário agrícola nacional.

⁸ De fato, o BNDES se beneficia, por lei, de 40% dos recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT). A parte restante desse fundo destina-se ao seguro-desemprego e a outras finalidades.

setores estratégicos. Essas medidas coexistem com outras herdadas dos anos 1990, como é o caso do Regime Automotivo e da Zona Franca de Manaus.

Dentro dos setores definidos como estratégicos está o de semicondutores. A estratégia é a atração de IED mediante a negociação direta das condições entre o governo e as empresas multinacionais, buscando a aglomeração de empresas fornecedoras em torno da planta principal e gerando clusters produtivos. Com esse objetivo, as medidas mais relevantes se orientaram para o fomento da pesquisa em microeletrônica e nanotecnologia e para a formação de recursos humanos.

Com relação ao setor de software, que teve um desenvolvimento significativo nos anos 1990, orientado ao mercado interno, o novo desafio colocado era alcançar a competitividade internacional e a sua inserção no mercado mundial. A Lei da Informática previu reduções impositivas (do IPI) até 2019 para a produção e a exportação de bens e serviços informáticos, condicionadas ao gasto de 5% do faturamento em P&D.⁹

No que se refere aos fármacos e medicamentos, os planos se orientaram a estimular a produção nacional dos produtos

menos sofisticados e mais consumidos pelos brasileiros, a fim de substituir as importações e reduzir o grande déficit do setor, além de buscar sua articulação com o sistema nacional de saúde.

Por último, um setor fundamental e que merece um capítulo à parte é o de bens de capital. De acordo com Suzigan e Furtado (2006), desenvolver um setor de bens de capital competente e dinâmico deve ser um objetivo de qualquer política de desenvolvimento, e assim foi entendido pelo Brasil desde o começo de sua estratégia industrialista, nos anos 1970. O setor de bens de capital aparece como o principal destinatário das medidas de promoção da presente década, tanto pelo lado da oferta como pelo lado da demanda. Isso pode explicar, em certas ocasiões, um encarecimento dos investimentos ou uma restrição às políticas de promoção dos mesmos. É que todas as medidas que envolvem a concessão de reduções tarifárias para bens de capital importados se limitam exclusivamente àqueles capítulos nos quais não existe um similar nacional¹⁰, como antecipamos anteriormente. Na mesma linha, o BNDES só financia importações de bens de capital que não contem com similar nacional, e a Agência Especial de Financiamento

Industrial (Finame) limita o seu apoio à aquisição de bens de capital de fabricação nacional. Por outro lado, aparece por primeira vez na história do BNDES um programa para financiar tanto o comprador como o fabricante de bens de capital sob encomenda. Pelo lado da demanda existe também um regime de amortização acelerada na aquisição de máquinas e equipamentos. Dessa forma, busca-se promover a modernização da estrutura produtiva e, ao mesmo tempo, favorecer a produção local de bens de capital.

No caso da Argentina, embora tenhamos destacado que as políticas de promoção industrial tenham tido uma predominância horizontal, é possível distinguir alguns setores estratégicos. Em primeiro lugar, se destacam o software, a nano e biotecnologia e os biocombustíveis. Esses setores de alto dinamismo tecnológico e com grandes perspectivas de expansão no mercado internacional têm sido incentivados tanto por meio de leis de promoção que determinam benefícios fiscais como através da Agência de Promoção Científica e Tecnológica e do recentemente criado Ministério de Ciência e Tecnologia. A escolha desses setores tem sido consistente com o impulso às políticas de inovação observadas nos últimos anos, e que atualizaremos na seção seguinte.

⁹ A pressão tributária sobre o setor da informática caiu de 20,5%, em 2005, para 12,6% em 2007, segundo um relatório da Abinee (2008).

¹⁰ O setor de bens de capitais tem a particularidade de que as medidas horizontais orientadas para estimular o investimento na economia e para modernizar o parque industrial, como a redução do IPI, são, em certa medida, políticas de demanda para o setor. No entanto, como o setor não conta, no Brasil, com vantagens comparativas (menos ainda na Argentina), torna-se necessário que esses instrumentos discriminem em favor do maquinário de fabricação nacional se houver a intenção de se evitar que os incentivos se desviem em direção às importações de países com maior produtividade.

Embora os modelos de acumulação desenvolvidos por Brasil e Argentina tenham estado sujeitos a pressões similares derivadas do contexto internacional, as políticas industriais implementadas conduziram esses países para caminhos divergentes

Por outro lado, foram prorrogados alguns regimes já existentes, como o automotivo e de autopeças, o de mineração e os Regimes Geográficos (Terra do Fogo, províncias de noroeste e do norte de Cuyo etc.). O setor de maquinário agrícola, por sua vez, conta, de forma excepcional, com os benefícios do regime automotivo além do bônus fiscal para fabricantes de bens de capital (do qual o restante do complexo automotivo está excluído). Por fim, merecem destaque alguns programas provinciais, como o PEVI, destinado ao setor de vitivinicultura, e o regime de promoção de energias renováveis não convencionais da província de Santa Fé.

III.2. AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES

Quanto às políticas tributárias de promoção às exportações, os instrumentos utilizados pela Argentina nesse período têm sido orientados para remediar o viés antiexportador da proteção tarifária, fundamentalmente através do mecanismo de drawback, e de evitar “exportar impostos” a partir da restituição, como crédito fiscal, do IVA incidente sobre os bens exportados. Esses mecanismos também têm sido os mais utilizados pelo Brasil, embora exista uma diferença importante: no Brasil, as modalidades desses regimes são a isenção ou a suspensão

de tributos, enquanto que na Argentina se concede um reembolso (reintegro) sobre as exportações já concretizadas. Isso implica uma diferença fundamental de competitividade em matéria de financiamento, principalmente quando se leva em conta que o mecanismo de pagamento do drawback tem sido historicamente muito lento, razão pela qual o regime de admissão temporária acaba sendo o mais utilizado (Bouzas e Cabello, 2007). A fim de dinamizar a concessão de benefícios para seus setores estratégicos e reduzir os entraves burocráticos, o Brasil conta ainda com o regime automatizado Recof (Regime Aduaneiro de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado).

No plano do financiamento às exportações, podem ser extraídas conclusões análogas às previamente analisadas em matéria de promoção aos investimentos e à produção em geral. O Brasil conta com uma linha especial do BNDES de pré e pós-financiamento para cada setor considerado estratégico no plano de exportações do governo.¹¹ Por outro lado, na Argentina não existem claras diretrizes setoriais nas linhas de crédito do BNA e do BICE.

IV. REFLEXÕES FINAIS

Embora os modelos de acumulação desenvolvidos

¹¹ O BNDES tem concedido recentemente ao Estado argentino um financiamento direto de U\$S 600 milhões para a aquisição de 20 novos aviões da empresa Embraer.

por ambos os países tenham estado sujeitos a pressões similares derivadas do contexto internacional, as políticas industriais implementadas conduziram Brasil e Argentina para caminhos divergentes. Não obstante o fato de que o primeiro grande ponto de quebra nessa comparação nos remete aos processos bem diferentes levados a cabo durante a segunda metade dos anos 1970, é certo que durante os últimos 20 anos essa brecha acentuou-se ainda mais.

Em primeiro lugar, expusemos certos elementos macroeconômicos que permitiram à economia brasileira atenuar os impactos mais agudos dos processos de transformação nas regras do jogo e das reformas estruturais dos anos 1990. Isso possibilitou ao nosso sócio emergir da crise do final dessa década com um balanço muito menos traumático do que a Argentina.

Durante os anos 2000, o cenário macroeconômico modificou-se significativamente. Desde a desvalorização de 1999, o Brasil tem mantido uma política macroeconômica de *inflation targeting*, com altas taxas de juros e uma tendência à apreciação cambial. Essa estratégia, que se mostrou eficaz na contenção da inflação, teve efeitos restritivos sobre as taxas de crescimento e sobre a competitividade da indústria. Frente a essa

situação, o Brasil reforçou o uso de instrumentos de promoção financeira e fiscal, priorizando os setores definidos como estratégicos.

Em contrapartida, a Argentina, desde 2002, vem levando adiante políticas voltadas para evitar a apreciação cambial e que estimulam a demanda interna, o que resultou em maiores taxas de crescimento e de inflação.

A despeito dos diferentes efeitos gerados pelas políticas macroeconômicas, apresentamos outros instrumentos que ajudam a explicar as diferentes trajetórias produtivas de ambos os países. Deparamos-nos com questões críticas em matéria de desenvolvimento nas quais o Brasil logrou sustentar ao longo do tempo políticas consideradas de Estado, contrastando com os *vaivéns* registrados na Argentina. Referimos-nos particularmente aos seguintes: (I) a forma como foi levado adiante o processo de abertura no Brasil, discriminando tarifas por setores e incluindo a implementação de planos de competitividade; (II) a escolha de setores estratégicos para o médio e longo prazo e, principalmente, o apoio ao setor de bens de capital; (III) o papel destinado às privatizações, fundamentalmente em matéria energética; (IV) o fomento à inovação; e (V) a disponibilidade de instrumentos para o financiamento de projetos produtivos estratégicos. Esses

foram os temas no quais observamos fortes assimetrias entre os dois países, que tiveram impacto sobre seus padrões de produção e de exportações e que podem condicionar sua capacidade de desenvolvimento no longo prazo.

Com relação às políticas setoriais, ainda que se observem no último período algumas coincidências na escolha de atividades intensivas em conhecimento, com boas perspectivas no médio prazo (software, nano e biotecnologia, e biocombustíveis), cabe destacar que a escolha e promoção de setores estratégicos apresentam, no Brasil, maior coerência e constância do que na Argentina durante todo o período de análise. De fato, os setores de bens de capital, complexo automotivo, aeronáutico, siderurgia, celulose e papel, eletrônicos de consumo, entre outros, têm sido objeto de apoio estatal contínuo durante o processo em questão. No que tange ao setor aeronáutico, por exemplo, o Estado brasileiro concedeu apoio constante, diferentemente do que ocorreu na Argentina, onde o setor foi privatizado e desmantelado durante os anos 1990 e, somente agora, vem sendo alvo de políticas de recuperação, depois de anos de total abandono.¹²

O caso particular dos bens de capital, por outro lado, tem assumido um caráter estratégico para o Brasil desde os planos de desenvolvimento dos anos 1970.

¹² Cabe recordar que nos anos 1970 a Argentina era líder absoluta em aviação civil e militar na América Latina. Durante o recente debate pela reestatização da fábrica de aviões, o deputado Pablo Zancada se pronunciou da seguinte maneira: "Recordo ter estado e participado de encontros com empresários brasileiros que vinham buscar tecnologia de ponta na fábrica de aviões na Área Material de Córdoba. (...) Hoje, a Embraer, aquela empresa que vinha e escutava nossos engenheiros aeronáuticos, é uma potência".

A Argentina precisa fortalecer e aperfeiçoar políticas sistêmicas e setoriais que contribuam para o fortalecimento de sua inserção produtiva, a fim de promover um comércio de tipo intraindustrial no âmbito do Mercosul

A penetração das importações de insumos e equipamentos no processo produtivo cresceu fortemente durante os anos 1990, como consequência da abertura e da apreciação cambial. No entanto, diversas medidas governamentais permitiram que alguns segmentos tivessem um excelente desempenho durante a década. Embora as empresas do setor tenham recorrido a um maior componente de insumos importados e reduzido o coeficiente do valor agregado, as consequências da abertura dos anos 1990 para a indústria de bens de capital brasileira não tiveram paralelo com o ocorrido na Argentina, onde alguns segmentos (como o de máquinas-ferramentas) quase que desapareceram por inteiro. Observam-se claramente as diferenças de estratégias em cada país: a Argentina buscou melhorar a produtividade do investimento agregado da economia, em detrimento da proteção da indústria local de bens de capital, para a qual estabeleceu medidas compensatórias de caráter defensivo. O Brasil, por sua vez, priorizou a proteção da indústria de bens de capital mesmo com o encarecimento no investimento em maquinário importado, reduzindo parcialmente tal efeito por meio do mecanismo dos ex-tarifários. Por outro lado, durante a presente década, o setor de bens de capital tem sido o principal destino da promoção estatal e vem liderando o ciclo de crescimento no período 2003-2008. Isso permitiu ao Brasil converter-se em importante fornecedor em nível regional e, particularmente, da Argentina.

Em contrapartida, a indústria argentina de bens de capital – que apresentou um desenvolvimento considerável durante os anos 1960 – iniciou um processo de desindustrialização a partir da segunda metade dos anos 1970, que se acentuou durante as duas décadas seguintes. Atualmente, apresenta uma vigorosa recuperação apoiada pela política cambial. No entanto, não se observa uma estratégia definida de desenvolvimento para o setor, com a prioridade sendo colocada no barateamento do investimento independentemente da origem dos equipamentos. Contudo, cabe destacar a emergência de alguns setores que apresentam forte dinamismo a partir das políticas de promoção desenvolvidas na Argentina, como é o caso da biotecnologia, da indústria de software e serviços TI e do segmento de máquinas agrícolas.

Quanto às privatizações e à abertura aos capitais estrangeiros, o Brasil impôs um poder regulatório mais eficaz, além da exigência de condições com relação à meta de investimentos, volumes mínimos de exportações, desenvolvimento de fornecedores locais, gastos com P&D etc.

O caso mais paradigmático foi o da abertura do setor petrolífero, no qual se observam profundas diferenças: enquanto que na Argentina a privatização da YPF foi total, o Brasil optou por manter sua soberania energética, convertendo a Petrobrás em empresa mista. Essa empresa conseguiu cobrir a brecha de

investimento e incrementar fortemente a exploração de seus hidrocarbonetos mediante associação com capitais privados do tipo joint venture e project finance. Isso lhe permitiu alcançar a autossuficiência e, depois das descobertas das regiões de Tupi, na Bacia de Santos, e de Iara, projetar-se como futura potência em matéria de reservas comprovadas. Além do mais, a Petrobrás tem alcançado grandes avanços tecnológicos e se encontra em expansão no nível regional. Na Argentina, por sua vez, a compra da YPF pela Repsol só fez aumentar significativamente o investimento em matéria de exploração das jazidas existentes, reduzindo drasticamente as reservas e pondo em perigo a autossuficiência nacional de petróleo e gás, numa matriz energética fortemente concentrada em torno de combustíveis fósseis. Também têm sido notórias as diferenças nas práticas de ambas as empresas após as mudanças nas suas estruturas de propriedade quanto a agentes demandantes da produção nacional. A Petrobrás é, de fato, uma das principais vias por meio das quais o Estado brasileiro utiliza seu poder de compra como instrumento de promoção.

Por outro lado, um instrumento fundamental para a implementação das políticas de desenvolvimento no Brasil, desde a sua criação e, sobretudo, nos últimos anos, tem sido o

BNDES. Como já foi destacado neste trabalho, essa instituição teve um papel fundamental no apoio aos investimentos das empresas privatizadas e de seus fornecedores locais nos anos 1990, na reestruturação e expansão de empresas como a Embraer e Petrobrás, no financiamento do boom exportador dos anos 2000, dos setores estratégicos escolhidos pelos planos industriais, de projetos inovadores e dos megaplanos de infraestrutura dos últimos anos.

Por último, quanto à evolução recente da indústria manufatureira, nossa análise comparada chega a algumas conclusões interessantes. Desde 1997, o crescimento agregado da indústria tem sido similar em ambos os países, embora muito mais volátil no caso da Argentina. Não obstante, ao analisar a composição setorial desse crescimento, verificamos que os segmentos nos quais o Brasil cresceu relativamente mais do que a Argentina foram particularmente aqueles de maior conteúdo tecnológico.¹³

Uma das explicações que temos encontrado para esse fenômeno se sustenta no fato de o Brasil ter combinado, durante os anos 2000, políticas macroeconômicas contrativas com planos microeconômicos de competitividade e promoção da inovação e do desenvolvimento de setores estratégicos. Na Argentina, em contrapartida, a necessidade de uma

recuperação rápida após a crise de 2001 fez com que a política industrial se baseasse numa forte mudança nos preços relativos em benefício dos setores comercializáveis, numa política macroeconômica expansiva e na implementação de incentivos sistêmicos aos investimentos. Isso deu lugar a um vigoroso crescimento, que se estendeu ao conjunto dos setores industriais, revertendo uma tendência de 35 anos de perda da participação da indústria no PIB. Mas se bem é verdade que certos setores tecnologicamente complexos foram os que mais cresceram depois da crise, alguns autores atribuem isso mais ao componente do “efeito rebote” – uma vez que haviam sido os mais afetados pela crise prévia – do que a uma maior expansão relativa de suas capacidades produtivas. Cabe questionar, portanto, até que ponto essa tendência poderá se sustentar no futuro. E isso traz a necessidade de levar adiante políticas integrais e uma maior coordenação dos organismos e instrumentos de promoção existentes, a fim de fortalecer as perspectivas dessa recuperação e promover um salto qualitativo na composição da produção e das exportações.

Por outro lado, na comparação das políticas setoriais argentinas em relação às brasileiras durante a presente década destacam-se certas semelhanças e diferenças. Entre as semelhanças nota-se o caráter estratégico conferido

¹³ As conclusões não se alteram se estendemos a série até 1993, ano em que a Argentina começou a publicar o Índice de Volume físico de Produção (IVF-INDEC), que utilizamos como fonte.

à produção e à exportação de software e serviços de informática, à promoção de áreas intensivas em conhecimento e com perspectivas no longo prazo – biotecnologia, nanotecnologia e biocombustíveis –, nas quais são realizados, inclusive, esforços conjuntos, e também aos regimes automotivos herdados dos anos 1990. Entre as diferenças, destacam-se as vinculadas com os bens de capital e a inclusão no Brasil do setor de semicondutores. Embora

a Argentina esteja apoiando o desenvolvimento da indústria eletrônica de consumo – por meio do Regime de Promoção de Terra do Fogo –, a produção nacional de componentes eletrônicos não figura entre as suas prioridades.¹⁴ Outra diferença está no capítulo “Outros equipamentos de transporte”: o Brasil orientou os incentivos em direção à cadeia aeronáutica de mais alto conteúdo tecnológico, enquanto que a Argentina concedeu um regime especial ao setor de

motocicletas e de peças para motocicletas.

No que se refere à inserção externa em particular, o Brasil oferece uma estratégia comercial mais definida e consequente do que a Argentina. O conjunto de instrumentos de fomento às exportações aparece como o mais solidamente implementado, já que a combinação de desonerações tributárias aplicadas à produção

Bibliografia

Agencia Nacional de Desarrollo de Inversiones, República Argentina. Incentivos a la Inversión. Ventajas de invertir hoy. Janeiro, 2009.

Além, Ana Claudia e Martins Pessoa, Ronaldo (2005). O setor de bens de capital e o desenvolvimento econômico: Quais são os desafios? Informe BNDES.

Azpiazu, Daniel; Basualdo, Eduardo (2004). Las privatizaciones en la Argentina. Genesis, desarrollo y principales impactos estructurales. En publicación: Las privatizaciones en la Argentina. Genesis, desarrollo y principales impactos estructurales.

FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede Argentina.

Baruj, Gustavo; Kosacoff, Bernardo; e Porta, Fernando (2005). Políticas nacionales y la profundización del MERCOSUR. El impacto de las políticas de competitividad. Banco Interamericano de Desarrollo. Departamento de Integración y Programas Regionales. Río de Janeiro, 6-7 de julho.

Bernardes, Roberto (2000). O caso Embracer – privatização e transformação da gestão empresarial: dos imperativos tecnológicos à focalização no mercado. São Paulo: CYTED: PGT/USP.

Bekerman, Marta e Montagu, Haroldo (2007). Transformaciones recientes en el comercio entre Argentina y Brasil: impacto de los factores macro y microeconómicos.

CENES, Documento de Trabajo N° 17, Universidad de Buenos Aires.

Bekerman, Marta e Sirlin, Pablo (1995). Las nuevas orientaciones de política industrial y de promoción de exportaciones en Argentina y Brasil. Asimetrías y posibilidades de coordinación. CENES,

Documento de Trabajo N° 1, Universidad de Buenos Aires.

Bezchinsky, G.; Dinenzon, M.; Guissani, L.; Caino, O.; López, B.; e Amiel, S. Inversión Extranjera Directa en la Argentina. Crisis, reestructuración y nuevas tendencias después de la Convertibilidad. Em Kosacoff, Bernardo (ed.) (2007). Crisis, recuperación y nuevos dilemas. La economía argentina 2002-2007. Oficina de la Cepal en Buenos Aires, Santiago de Chile, novembro, 2007. Capítulo V, págs. 149-186.

Bianco, Carlos; Porta, Fernando; e Vismara, Felipe. Evolución reciente de la balanza comercial argentina. El desplazamiento de la restricción externa. En Kosacoff, Bernardo (ed.) (2007). Crisis, recuperación y nuevos dilemas. La economía argentina 2002-2007. Oficina de la Cepal en Buenos Aires, Santiago de Chile, novembro, 2007. Capítulo IV, págs. 107-148.

BNDES (2008). BNDES: Desempenho 2008 e perspectivas 2009. Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – Senado Federal, novembro.

Bonelli, Régis e Motta Veiga, Pedro da (2003). A Dinâmica das Políticas Setoriais no Brasil na Década de 1990: Continuidade e Mudança. Revista Brasileira de Comércio Exterior, abril/junho.

Bouzas, Roberto e Cabello, Sebastián M. (2007). La formulación de la política comercial en la Argentina: fundamentos estructurales e institucionales de la volatilidad. En Marcos Sawaya Jank e Simão Davi Silber (coords). Políticas comerciales comparadas: modelos organizacionais e desempenho. Editora Singular, São Paulo.

Brenta, Noemí (2002). La Convertibilidad argentina y el Plan Real de Brasil: notas

para el análisis de su concepción, implementación y resultados en los años '90. Revista Ciclos Nro. 23, Buenos Aires.

Cámara Industrial de Laboratorios Farmacéuticos Argentinos – CILSA (2007). Programa de Fortalecimiento del Comercio Exterior de la Industria Farmacéutica y Fardoquímica Argentina 2008-2012.

Casa Civil da Presidência da República, Brasil (novembro, 2003). Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

Campodónico, Humberto (2004). Reformas e inversión en la industria de hidrocarburos en América Latina. CEPAL, Santiago de Chile, outubro.

Cetrángolo, Oscar; Heyman, Daniel; e Ramos, Adrián. Macroeconomía en recuperación: la Argentina post-crisis. Em Kosacoff, Bernardo (ed.) (2007). Crisis, recuperación y nuevos dilemas. La economía argentina 2002-2007. Oficina de la Cepal en Buenos Aires, Santiago de Chile, novembro, 2007. Capítulo II, págs. 7-26.

Centro de Estudios de la Unión Industrial Argentina (2009). Actualidad del Comercio Exterior Argentina – Brasil. Informe N°2.

Coatz, Diego; García Díaz, Fernando; e Woyecheszen, Sergio (2009). La industria en el nuevo escenario local e internacional. Boletín Informativo Techint N° 328; págs. 21-56.

Erber, Fabio S. (2000). O Padrão de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico e o Futuro da Indústria Brasileira. UFRJ, outubro.

Fanelli, José María (2002). Crecimiento, inestabilidad y crisis de la convertibilidad en Argentina. Revista de la Cepal N° 77.

¹⁴ Alguns acadêmicos advertem sobre os perigos de ficar de fora do mercado de componentes eletrônicos. Afirmam ser uma opção equivocada e perigosa, já que daqui a 15 anos o custo de um sistema eletrônico será igual ao de seus componentes, razão pela qual quem não fabricar componentes estará fora do mercado de eletrônica e de hardware para informática e telecomunicações. E quem não dominar a tecnologia da microeletrônica dificilmente terá êxito ou participação efetiva no futuro da nanoeletrônica (Swart e Van Noije, 2006)

para a exportação com um financiamento compatível em quantidade e custo com os padrões internacionais permitiu um aumento sustentado das exportações brasileiras. Essa maior coerência do Brasil nas políticas de promoção industrial e de comércio exterior tem gerado uma diferença de competitividade em favor de sua indústria que se revela no grande superávit bilateral de manufaturas de origem industrial observado durante os últimos

anos, mesmo num contexto de taxa de câmbio bilateral favorável para a Argentina. Em consequência, o Mercosul tem se tornado o principal destino para as exportações industriais do Brasil.

Em suma, mesmo que o recente processo de apreciação do real esteja afetando de forma negativa a inserção exportadora do Brasil, é inegável que os planos desenvolvidos pelo país nos últimos anos contribuíram

para gerar um comportamento mais dinâmico de suas exportações para a região e para um crescimento relativo maior dos setores de alta e média-alta tecnologia. Essa evolução destaca a importância de a Argentina fortalecer e aperfeiçoar também políticas sistêmicas e setoriais que contribuam para o fortalecimento de sua inserção produtiva, a fim de promover um comércio de tipo intraindustrial no âmbito do Mercosul. ■

Fernández Bugna, Cecilia e Porta, Fernando (2008). Dinámica Industrial en la Argentina. 2002-2007. Continuidades y cambios. Boletín Informativo de Techint Nº 327, Buenos Aires.

Ferraz, João Carlos; Kupfer, David; e Iooty, Mariana (2004). Competitividad industrial en Brasil. 10 años después de la liberalización. Revista de la CEPAL, abril.

Furtado, André. (2008) O sistema brasileiro da inovação e o Mercosul - Dinâmica interativa, políticas públicas e limitações estruturais. Em Rozenwurcel, G.; Gianella, C.; Bezchinsky, G. e Thomas, H. (2008). Innovación a escala Mercosur. Una vía para superar el estancamiento regional. Buenos Aires. Capítulo IV, pág. 125.

Gonçalves, Eduardo; Borges Lemos, Mauro; e Negri, João de (2008). Condicionantes de la innovación tecnológica en Argentina y Brasil. Revista de la Cepal Nº 94, Santiago de Chile.

INDEC (1997) Encuesta Industrial Anual.

IPEA - Boletim de conjuntura Nº 78. Setembro, 2007.

Jiménez, Luis Felipe (2007). Capital de riesgo y mecanismos financieros de apoyo a la innovación en Brasil y Chile. CEPAL, Nº 177, Santiago de Chile.

Kume, Honorio; Piani, Guida; e Miranda, Pedro (2008). Política Comercial, Instituições e Crescimento Econômico no Brasil. IPEA.

Kupfer D, Ferraz J. C y Carvalho L (2009). 50 años en 50. El largo y sinuoso camino del desarrollo industrial de Brasil. Em Boletín Informativo Techint No 330. Setembro-Dezembro, 2009.

López, Andrés. El sistema nacional de innovación en la Argentina y los desafíos de la integración regional. Em Rozenwurcel, G.; Gianella, C.; Bezchinsky, G. y Thomas, H. (2008). Innovación a escala Mercosur. Una vía para superar el estancamiento regional. Buenos Aires. Capítulo III, pág. 81.

Masi, Fernando (2008). MERCOSUR: Políticas de Competitividad Industrial.

Magalhaes Prates, Daniela; Macedo Cintra, Marcos A.; e Penido de Freitas, Maria Cristina (2000). O papel desempenhado pelo BNDES e diferentes iniciativas de expansão do financiamento de longo prazo no Brasil dos anos 90. Economia e Sociedade, Campinas, (15): 85-116.

MDIC (2002) Nota técnica da Série Estudo da Competitividade das Cadeias Produtivas - Têxtil e Confecções.

Miranda, J. (2001). Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 1990. IPEA, Brasília.

Motta Veiga, Pedro da (1999). Anos 90. As transformações na indústria e as exportações brasileiras. Revista Brasileira de Comércio Exterior.

Negri, João Alberto de (1999). O custo de bem-estar do regime automotivo brasileiro. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico., Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, págs. 215-242.

Penido de Freitas, María Cristina e Magalhaes Prates, Daniela (2000). La experiencia de apertura financiera en Argentina, Brasil y México. Revista de la CEPAL, abril 2000; págs. 53-69.

Peres, Wilson (2005). El (lento) retorno de las políticas industriales en América Latina y el Caribe. Revista de la Cepal Nº 88, Santiago de Chile.

Pinheiro, Ivan Antônio e Delayti Motta, Paulo César (2001). O regime automotivo brasileiro (RAB) como instrumento de modernização tecnológica do parque industrial nacional – uma análise crítica. Editorial Abepro.

Ribeiro, Fernando e Pourchet, Henry (2004). Participação das exportações e importações na economia brasileira. Novas estimativas para os coeficientes de orientação externa da indústria. Revista

Brasileira de Comércio Exterior, Nº 81, outubro-dezembro.

Rodrigues, Denise Andrade (2000). Os Investimentos no Brasil nos Anos 90: Cenários Setorial e Regional. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 7, N. 13, págs. 107-136.

Rofman, Alejandro (1999). Las economías regionales a fines del siglo XX. Los circuitos del petróleo, el carbón y el azúcar. Ed. Ariel.

Rossi Júnior, José Luiz e Cavalcanti Ferreira, Pedro (1999). Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial. IPEA.

Sánchez, Gabriel e Butler, Inés (2007). Inversión en la Argentina: evolución reciente y perspectivas. Em Série de Estudios Económicos y Sociales. Banco Interamericano de Desarrollo, maio, 2007.

Schvarzer, Jorge (1998). La industria argentina en la tormenta de los 90. Revista Nueva Sociedad Nro. 158; págs. 139-159

Sirlin, Pablo (1997). Evaluación de la política de bienes de capital en la Argentina, Revista de la CEPAL, Nº 61. Santiago de Chile, CEPAL.

Sirlin, Pablo (1999). El Régimen de Especialización Industrial argentino: ¿política industrial de nueva generación o mera transferencia de recursos? Revista de la CEPAL, Nº 61. Santiago de Chile, CEPAL.

Suzigan, Wilson e Furtado, João (2006). Política industrial y desarrollo. Revista de la Cepal Nº 89, Santiago de Chile.

Swart, Jacobus e Van Noije, Wilhelmus (2006). A política industrial e tecnológica de semicondutores. Jornal da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, junho.

Tavares de Almeida, M. H. (1998). A política de privatização das telecomunicações no Brasil. Universidade de São Paulo, p. 12-13.

Vickers, John e Yarrow, George (1991). Un análisis económico de la privatización. Fondo de Cultura Económica.